

## O destino da Amazônia

Com denso depoimento perante a Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, o governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, desnudou o sentido antinacional de certas campanhas preservacionistas movimentadas em relação à região amazônica. De fato, o interesse de internacionalizar a Amazônia, a pretexto de proteger o meio ambiente, já escapa de uma conspiração urdida em silêncio. Tomou foros ostensivos desde que uma certa confissão religiosa, sediada em Genebra, pôs a circular a teoria de que a floresta tropical é patrimônio da Humanidade, portanto, fora do alcance da soberania nacional.

Quando Mestrinho identifica a existência de um "modismo ecológico", que se compraz na defesa intransigente da perpetuação do status quo, assume posição coerente com os pressupostos ambientais exigíveis na Amazônia. O desenvolvimento da área pode e deve ser feito pela admissão de critérios capazes de compatibilizar meio ambiente e economia. As políticas preservacionistas, se de fato preconizam, também, a melhoria das condições de sobrevivência do ho-

mem, estariam conspurcadas pela fraude se pretendessem transformar aqueles vastos espaços equatoriais em "santuários improdutivos".

A mentalidade ecológica interesseira, matriculada nas faixas internacionais de opinião trabalhadas pela cobiça, mobiliza aqui grupos preservacionistas ingênuos. E, nesse passo, gera ambiguidades na consciência crítica do País, que acaba por não estabelecer uma fronteira nítida entre os agravos à natureza e sua exploração racional. Ora, a cultura ecológica já incorporou entre os valores insuscetíveis de questionamento a necessidade de operar a integração do homem à natureza, em mútuo benefício. No caso da Amazônia, urge dinamizar os seus fatores de enriquecimento em proveito dos contingentes humanos da demografia regional e, em escala mais ampla, para subsidiar o processo nacional de desenvolvimento. Não há qualquer obstáculo que possa impedir a implementação de semelhante projeto com a manutenção de adequados níveis preservacionistas. Por que há de se transformar a Floresta Amazônica em um valor apenas contemplativo?

## A teoria do butim

**Josemar Dantas**

Heresias científicas irresponsavelmente disseminadas em todo o mundo, mas destinadas a criar suporte político para alijar a soberania brasileira sobre a área, expõem a Amazônia, hoje, às mais ousadas e ostensivas tentativas de intervenção internacional. Organizações de pesquisa associadas a entidades pseudo-religiosas e assistenciais vocalizam com crescente desenvoltura os interesses das nações historicamente identificadas por suas ambições imperialistas em relação aos recursos naturais amazônicos.

Com base naquelas heresias, criou-se verdadeira doutrina ecológica, segundo a qual a preservação da floresta equatorial é fundamental para assegurar a própria sobrevivência do homem no planeta. Com que desoladora decepção ouviu-se, faz pouco, um governante brasileiro admitir que "a Amazônia é o pulmão do mundo", arrastado pela formidável torrente da desinformação interesseira com que certos países desejam tornar indiscutível a necessidade da intervenção. A idéia de que a formidável cobertura vegetal amazônica responde por parte significativa do oxigênio respirado no mundo, para justificá-la como patrimônio comum de todos os povos, não passa de uma conspiração sórdida contra a soberania nacional.

As mais respeitáveis instituições de pesquisa científica, inclusive o Instituto de Pesquisas Amazônicas, já concluíram que o oxigênio produzido pela Floresta Amazônica é por ela própria consumido para atender às suas necessidades de permuta cotidiana com o carbono. Não exerce, portanto, influência alguma sobre as reservas de ar puro em qualquer parte do universo. Embora tal abordagem do problema ganhasse primazia nos debates ecológicos verdadeiramente honestos, infelizmente ficou aprisionada a um conhecimento res-

trito. O azorrague empunhado pela mídia internacional contra a desmistificação de imposturas vulgarizadas como dogmas científicos impediu alijá-las da consciência crítica de muitas áreas sensíveis às questões ecológicas. A trapaça continua a ilaquear a boa-fé da maioria.

Tem o mesmo caráter fraudulento a acusação de que as queimadas na Amazônia contribuem de forma contundente para aumentar o aquecimento da camada de ozônio que envolve a Terra. Em primeiro lugar, o próprio fenômeno do aquecimento, apontado como responsável por alterações climáticas, está sob severas restrições científicas. Ainda recentemente, órgão ligado à estratégia de segurança dos EUA revelou que o clima no país não aumentou nem diminuiu sequer um grau nos últimos cem anos. Mantém-se regularíssimo em sua média de variação, embora no espaço geográfico norte-americano ocorram a mais apocalíptica queima de gases industriais e lançamento de descargas colossais de monóxido de carbono na atmosfera, sem contar com os efeitos ecologicamente monstruosos resultantes das explorações nucleares experimentais. Depois, se alguma influência as queimadas exercessem sobre a camada de ozônio, seguramente seriam desprezíveis, como resta notório, diante da saturação calcinatória provocada pelas nações industrializadas.

Nada disso, porém, importa. Os pretextos ecológicos já inspiraram uma nova teoria de poder, a chamada "soberania restrita", que o presidente francês, François Mitterrand, sacou de insuspeitado baú de velhacarias imperialistas para justificar eventual intromissão nos assuntos internos de outras nações. No caso do Brasil, sem dúvida, para embargar-lhe a soberania sobre a Amazônia, quando soar a oportunidade, e "legalizar" o butim internacional sobre suas riquezas naturais.